



## **“Não podem ser negras e gordas”: analisando a violência verbal em reações sociodiscursivas produzidas por leitores/as em contextos jornalísticos digitais brasileiros**

***“They cannot be black and fat”: analyzing verbal violence in sociodiscursive reactions produced by readers in Brazilian digital journalistic contexts***

Maria Carmen Aires Gomes

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais / Brasil

mcgomes@ufv.br

<http://orcid.org/0000-0001-7402-4353>

Alexandra Bitencourt Carvalho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

alexandraportugues@yahoo.com.br

<http://orcid.org/0000-0003-3159-2021>

**Resumo:** A violência verbal, configurada por múltiplas semioses (FAIRCLOUGH, 2003) como ofensiva, tem no ambiente virtual um espaço profícuo de atuação. O anonimato e a ausência de regulações da interação face a face fazem com que agentes sociais mobilizem recursos lexicogramaticais produzindo discursos violentos. Essa escolha pode gerar ofensas e insultos, de forma a, inclusive, promover e perpetuar relações desiguais de poder. Esse artigo tem como objetivo analisar vozes autorais inseridas nas notícias publicadas pelo *BHAZ* e pelo jornal *O Tempo*, ambos de Belo Horizonte – MG, sobre uma transmissão via *WhatsApp* de uma oferta de emprego caracterizada como crime de injúria. Serão analisados não só dois textos noticiosos, um de cada veículo, mas também os comentários de internautas sobre tal fato. Para tal, utilizaremos as categorias de análise das reações sociodiscursivas verbais (GOMES, no prelo.), dos significados representacionais e identificacionais (FAIRCLOUGH, 2003) entrecruzados aos estudos interseccionais (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002, 2004; NASH, 2008). Nossa análise permitiu observar que a violência verbal se

produz constitutivamente de sistemas de opressão racistas e gordofóbicos, reproduzindo relações excludentes de poder que regulam os corpos, ratificando o privilégio, muitas vezes, opaco e naturalizado, do corpo branco e magro.

**Palavras-chave:** violência verbal; estudos interseccionais; ADC; reações sociodiscursivas verbais.

**Abstract:** Verbal violence, configured by multiple semioses (FAIRCLOUGH, 2003) as offensive, has a useful space in the virtual environment. Anonymity and the lack of regulation of face-to-face interaction cause social agents to mobilize lexicogramatical resources, producing violent discourses. This choice can generate offenses and insults, in order to promote and perpetuate unequal power relations. This article aims to analyze copyright voices inserted in the news published by *BHAZ* and by news paper *O Tempo*, both from Belo Horizonte – MG, about a broadcast via *WhatsApp* of a job offer characterized as a crime of injury. It will be analyzed not only two news texts, one from each vehicle, but also the comments of internet users about this fact. For this, we will use the categories of analysis of the verbal sociodiscursive reactions (GOMES, 2020), of the representational and identificational meanings (FAIRCLOUGH, 2003) intertwined with intersectional studies (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002, 2004; NASH, 2008). Our analysis allowed us to observe that verbal violence is constitutive of racist and fatophobic systems of oppression, reproducing exclusive power relations that regulate bodies, ratifying the often opaque and naturalized privilege of the white and thin body.

**Keywords:** verbal violence; intersectional studies; CDA; social discursive verbal reactions.

Recebido em 30 de março de 2020

Aceito em 20 de maio de 2020

## 1 Introdução

A violência verbal configura-se em formas distintas de semioses (FAIRCLOUGH, 2003) e são produzidas em diferentes práticas sociodiscursivas. São de cunho discriminatório, vexatório, acusativo, depreciador e agressivo e operam, na maioria das vezes, relações desiguais e excludentes de poder, fazendo com que certos agentes sociais possam violentar discursivamente outros. Tais relações, dependendo

do contexto/lugar e da negociação com eixos identitários em que se localizam, produzem espaços legitimadores que permitem a elaboração de discursos violentos, materializados por certas escolhas lexicogramaticais (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004). Dessa forma, é imprescindível que a análise de atos e práticas de violências verbais considere não só o contexto de produção em que ocorre (como e onde são produzidas tais violências, quem são os agentes que as compõem), mas também a conjuntura sociopolítica em que esse contexto está constituído.

A prática sociodiscursiva escolhida como objeto de análise encontra-se em um ambiente virtual. Este ambiente propicia uma maior ocorrência de violências verbais em função principalmente da sensação de anonimato dos agentes sociais, bem como da distância física dos interactantes, discussão empreendida por Recuero (2014a, 2014b) em seus estudos no âmbito da comunicação digital. As duas características permitem a construção de um espaço virtual que legitima a produção de violências verbais, visto que não há uma inibição provocada pelos contextos de interação face a face, tais como a identidade explícita e a resposta imediata. A escolha do ambiente virtual para a discussão de violência verbal é necessária e produtiva na cena contemporânea, já que esta é textualmente mediada (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) e profundamente digital, além de ser hoje a forma mais rápida, efetiva e usual de comunicação.

Objetivamos, neste artigo, analisar discursiva e criticamente um fato polêmico noticiado por duas mídias digitais, trazendo para a discussão as vozes autorais dos agentes envolvidos na construção da polêmica e, a partir das notícias, analisar as reações sociodiscursivas verbais dos internautas, de forma a observarmos quais reações se inter cruzam às vozes autorais representadas discursivamente pelos textos, inclusive a própria voz das mídias. As relações de poder serão discutidas em uma perspectiva interseccional, ou seja, levaremos em questão os eixos identitários, tais como a raça, o tamanho e o gênero, de forma a compreendermos como os agentes produzem discursos que violentam como também os problematizam.

Serão abordados, primeiramente, os estudos de cunho linguístico-discursivos que se debruçam sobre a violência verbal, suas estruturas e funcionamentos, desde a relação intrínseca entre linguagem e agressividade de forma a evidenciar as recorrências lexicogramaticais, até os estudos

sobre (im)polidez como estratégia de ofensa e insulto (BALLOCO; SHEPHERD, 2017). Em seguida, será apresentada a proposta analítica de reações sociodiscursivas verbais (GOMES, no prelo.). Serão discutidas, também, algumas questões acerca da Comunicação mediada pelo Computador (RECUERO, 2014a, 2014b), abordagem em que se baseia a proposta de Gomes (no prelo). As categorias serão analisadas a partir não só de sua recorrência lexicogramatical, mas principalmente do potencial de sentidos que elas promovem, (re)articulando posicionamentos distintos quando escolhidas pelos interactantes.

A fim de explorar as relações de poder que se formam de maneira legitimadora ou contestatória, os estudos interseccionais (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002, 2004; NASH, 2008) serão também debatidos, a fim de mostrarmos a importância de se olhar para a produção discursiva à luz dos eixos identitários, que se caracterizam como de poder ou subordinação, e que se interseccionam tanto nas identidades dos interactantes como nas representações que se formam a partir daquelas. Ao nos preocuparmos com as avenidas identitárias (cf. AKOTIRENE, 2019) que configuram os discursos, poderemos observar como possíveis estruturas sociais atravessam as reações sociodiscursivas verbais, trazendo à tona sistemas de opressão como o racismo, a gordofobia e como eles se materializam intercruzados discursivamente. Após a discussão teórica e metodológica exposta, partiremos para a análise dos dados, para, enfim, fazermos a explanatória crítica da análise empreendida.

## **2 Os estudos sobre violência verbal em uma perspectiva da linguagem**

A violência verbal, como objeto de estudo no âmbito da linguagem, teve, segundo Balloco e Shepherd (2017), três grandes marcos teóricos, dos quais destacamos dois: o primeiro, os estudos de Herring (1993) e o segundo, os estudos de Culpeper (2011). A primeira autora analisa a relação entre linguagem e agressividade na comunicação digital, mais precisamente as questões de dominação e submissão construídas entre homens e mulheres. Em *Gender and democracy in computer-mediated communication*, Herring observa que, independentemente dos sites em que as violências verbais acontecem, o uso de estratégias linguísticas é feito de maneira recorrente e padronizada. Os estudos de Culpeper (2011), por sua vez, evidenciam a (im)polidez como estratégia para

ofender, apontando que tanto os fenômenos linguísticos como sociais interagem entre si na produção de violências verbais. Para o autor, a impolidez acontece quando os enunciados gerados não obedecem a normas sociais de convívio, produzindo efeitos performativos de ofensa. A impolidez, nos parece, é uma das estratégias para a construção de violências verbais. O autor também evidencia o caráter contextual da impolidez: certos contextos fazem com que as escolhas verbais sejam mais ou menos violentas.

O ambiente virtual, como já dito, é um espaço em que diferentes formas de violências verbais se materializam discursivamente. Os estudos sobre *flammings*, “comportamento verbal negativo, com o poder metafórico de incendiar um debate, ou “fritar” um internauta” (BALLOCO; SHEPHERD, 2017, p. 1018), tem como ponto de partida o olhar para as causas, passando para os contextos e desdobrando-se nas questões sociais. A dita primeira onda dos estudos dos *flammings* evidencia o anonimato bem como a perda da identidade pessoal como causas para a proliferação de violências verbais na rede. Segundo as autoras, a não incorporação de traços não-verbais típica da interação face a face reduz normas sociais que regulam as interações e implica a expansão dos aspectos verbais contidos nos *flammings*. Esta causa é importante para o presente artigo porque nos permitirá observar como os interactantes reagem linguístico-discursivamente a uma postagem que tematiza questões relacionadas à raça, ao tamanho e ao gênero, ou seja, que recursos mobilizam para se posicionar sobre o tema e interagir com o outro.

A segunda onda foca seus estudos nos contextos de interação (BALLOCO; SHEPHERD, 2017) principalmente na recepção dos *flammings*, e evidencia a intensidade sócio-emocional produzida nos antagonismos interacionais. Esses estudos são importantes para nosso artigo, já que as reações sociodiscursivas verbais encontradas demonstram tanto posicionamentos que não só sustentam os sistemas de opressão, mas também os problematizam (essa questão será melhor analisada posteriormente).

Por fim, as autoras apontam que a terceira onda dos estudos sobre os *flammings* tematizam as negociações das normas culturais que implicam em estruturas de hierarquias sociais. Em outras palavras, a violência verbal carrega em si a maneira como preconceitos e estigmas são mobilizados, e que hierarquias sociais são sustentadas. É aqui que

as relações de poder são introduzidas na perspectiva da linguagem, demonstrando a relação direta e intrínseca entre a prática discursiva e a social (FAIRCLOUGH, 2001). Neste estudo, serão analisadas as escolhas lexicogramaticais, os contextos de interação e as causas sociais que endossam as violências verbais.

Paveau (2015, p. 320), discutindo sobre o papel dos dispositivos tecnodiscursivos, no contexto francês, na produção de discursos virtuosos, chama atenção para a “ilusão da proteção contra a reação direta de ‘carne e osso’, a ausência física do outro, cuja presença produz efeitos de controle de expressão verbal, e a rapidez de escrita e envio de mensagens criam a ilusão de monologismo [...]”. Recuero e Soares (2013), analisando violência, humor e estigma em comentários de *Facebook*, afirmam que:

[e]studar o discurso on-line é estudar a linguagem em uso e a construção de sentidos em ambientes diferentes, mediados e apropriados. E essas apropriações também podem gerar comportamentos diferentes, inclusive violentos e hostis, como a reprodução de formas de agressividade on-line (RECUERO; SOARES, 2013, p. 243).

Paveau (2015, p. 321), por sua vez, ao problematizar a questão da violência verbal nestes dispositivos tecnodiscursivos, afirma que “é quase regra a transgressão das normas dos sites e das néticas, com o uso da violência verbal, a confrontação, a polêmica, o insulto ou qualquer forma discursiva interpretável como não virtuosa”. Portanto, os estudos sobre violência verbal nos fazem inferir que é cada vez mais necessário categorizá-la, a fim de analisarmos tanto as formas como tais violências se configuram no espaço virtual quanto os efeitos de sentido provocados. A próxima seção tem o objetivo de apresentar possíveis categorias para embasar discursivamente as análises.

### **3 As reações sociodiscursivas**

Neste artigo nos propomos a analisar casos de violência verbal por meio de comentários reativos de internautas/leitores de notícias digitais brasileiras à luz da proposta metodológico-discursiva de Gomes (no prelo). A pesquisadora objetiva organizar e articular teórico-metodologicamente, de maneira transdisciplinar, conceitos e fundamentos de campos de conhecimentos distintos de forma a propor

uma categoria analítica denominada *reações sociodiscursivas verbais*,<sup>1</sup> para análise de comentários reativos produzidos sociodiscursiva e politicamente por leitores/as em ambientes de interação virtual. Dessa forma, propõe uma categoria analítica descritiva capaz de identificar tipos de comentários reativos produzidos em espaços específicos, controlados e regulados. A proposta é explorar a cultura digital por meio da ferramenta comunicacional “comentar” da maneira que Recuero (2014b) define: “uma ação que não apenas sinaliza a participação, mas traz uma efetiva contribuição para a conversação” (RECUERO, 2014a, p. 120), de forma a mostrar “também as relações que ali emergem e as práticas sociais e linguísticas que ali tomam forma”. Neste sentido, Cunha (2012, p. 28) também afirma que o comentário, no espaço digital, age como “uma prática discursiva que tem seu propósito e suas regras. A partir de um texto fonte, o leitor constrói novos discursos” de forma a reacentuar os aspectos temáticos, seja de forma a deslocá-los, ou seja, é possível analisar as sociointerações construídas no espaço digital e perceber a forma como as pessoas estão produtivamente potencializando sentidos, ideologias e representações de suas experiências sobre o mundo e sobre as ideias dos outros.

Assim como Recuero (2014b) e Paveau (2015), Stranderbeg e Berg (2013) reconhecem as possibilidades interativas que a internet trouxe à esfera pública, ou seja, de que seus cidadãos pudessem criativamente se expressar sobre os mais diversos assuntos. A reflexão acerca do espaço digital como potencial deliberativo na esfera pública, principalmente nos locais destinados aos comentários de leitores/as, tem sido alvo de muitas pesquisas que discutem as relações entre participação política, das construções discursivo-democráticas e do papel participativo do/a cidadã/o (DAHLBERG, 2001; WRIGHT; STREET, 2007; DOMINGO, 2008; TADEU, 2012). Trata-se, portanto, de mais uma forma de se usar a linguagem na contemporaneidade, de uma possibilidade de intervenção efetiva dos/as cidadãos/ãs na esfera pública, e da compreensão de

---

<sup>1</sup> A ideia de se usar o vocábulo “reações discursivas”, como categoria analítica, foi proposta inicialmente por Nogueira e Arão (2015), no estudo sobre o *Facebook* como espaço de legitimação virtual: uma análise de posts e reações discursivas em páginas de ONGs ambientais, para se referir à maneira pela qual os/as internautas reagem discursivamente aos conteúdos produzidos nos *posts*, tomando por base os conceitos e preceitos da abordagem discursiva de linha francesa.

que agir junto pressupõe falar junto, mas não de maneira consensual (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Díaz-Noci *et al.* (2010, p. 1 *apud* TADEU, 2012, p. 32) afirmam que o espaço destinado aos comentários representa para os/as cidadãos/ãs “uma maneira simples de reagir aos eventos da actualidade e discuti-los logo depois de ler sobre eles”. Paiva (2014), problematizando sobre a forma como os/as leitores/as participam de forma reativa nas interações mediadas nos espaços *online* dos comentários, observa que:

Nessa interação reativa, o leitor reage à notícia que já existe, ou seja, reflete ao que já de certo modo está refletido, dentro da própria construção do ângulo da notícia. Ele participa, numa forma de reação ao tema da notícia, à construção da notícia e aos comentários de outros leitores. Aqui, o leitor é também um regente dentro da sua ação como leitor participativo, acaba por projetar em sua ação apenas o que já está proposto (PAIVA, 2014, p. 665).

Para Gomes (2020), o espaço de comentários, em termos espaciais, é um tipo de suporte<sup>2</sup> virtual que abriga/aloca as reações sociodiscursivas verbais, atravessadas por relações de poder e controle, materializadas em textos. Espaço que permite compreender que a vida social é mediada textualmente, e que, por este motivo, é passível de controle, regulação, mas também de criatividade e reflexividade. Resgatando as problematizações ensejadas por Chouliaraki e Fairclough (1999) acerca da faceta regulatória dos gêneros discursivos e discursos, é possível assumir que este espaço age como um tipo de “mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 144). Trata-se de um *locus* que permite uma acentuada capacidade de ação e interação à distância, de maneira regulada (FAIRCLOUGH, 2003).

Reações Sociodiscursivas Verbais dos/as leitores/as, então, são as formas pelas quais as pessoas agem e interagem discursivamente em direção: *a um fenômeno, a um/a participante (quem), a um tema e/*

---

<sup>2</sup> A noção de suporte aqui utilizada é resgatada dos estudos de Luiz Antônio Marcuschi (2008), para quem o suporte é um *locus*/espaço cujo objetivo é abrigar gêneros discursivos.



*ou assunto noticiado*. São construções sociodiscursivas reativas, cujos ângulos e perspectivas discursivo-ideológicas são direcionados à fala de alguém, ou ao assunto do texto postado, ou a temas marginais e tangenciais.

As reações sociodiscursivas verbais podem ocorrer de três formas:<sup>3</sup>

- (i) reações transacionais – Interactantes e Reatores/as comentam entre si assuntos e temas, que podem ou não estar vinculados aos textos, estabelecendo a troca sociointerativa;
- (ii) reações não-transacionais – Interactante comenta (reage aos) assuntos noticiados nos textos jornalísticos, mas sem a troca sociointerativa;
- (iii) reações transacionais atitudinais – Interactantes e Reactantes reagem às trocas, usando citações e falas não só do texto jornalístico, como as de outros/as participantes, de maneira atitudinal.

Esse espaço de interação digital envolve então participantes com características reativas já que apresentam ações decorrentes de desdobramentos de falas, ou de eventos anteriores. Essas reações podem ser tanto direcionadas aos comentários de outros participantes, que são observados, julgados e postos em cenas de interpelação discursiva, quanto podem ser direcionadas aos tópicos (ou mesmo tópicos e temas marginais ao assunto principal), aos fatos ou aos testemunhos usados e representados discursivamente nos textos.

Considerando o sistema de avaliabilidade, desenvolvido por White (2004), Martin e White (2005), Martin e Rose (2009) bem como e os estudos de Eggins e Slade (1997), Gomes (no prelo) propõe inicialmente seis tipos de reações para a análise dos comentários produzidos por leitores/as das práticas sociomidiáticas *online*, são elas:

---

<sup>3</sup> Estamos resgatando da Gramática do design visual as categorias propostas para as Estruturas Narrativas: ação transacional e não-transacional e reações transacionais (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e aplicando-as aos tipos de reações sociodiscursivas, aqui propostos.

- a) reações sociodiscursivas verbais engajadas (refuta, contrapõe, concorda, endossa),
- b) reações sociodiscursivas verbais de condenação (julga moralmente comportamentos e condutas),
- c) reações sociodiscursivas de admiração (julga positivamente as condutas sociais),
- d) reações sociodiscursivas de crítica (julga negativamente as condutas sociais),
- e) reações sociodiscursivas de aprovação (elogia positivamente comportamentos e condutas morais),
- f) reações sociodiscursivas de apreciação (avalia qualidades estéticas).

As reações estão sendo desenvolvidas, na proposta de Gomes, como um tipo de categoria analítica que permitirá observar e explorar as maneiras particulares de representar e de identificar(-se), materializadas em textos (cf. FAIRCLOUGH, 2003), em práticas midiáticas, por meio de comunicação mediada por computador.

*As reações sociodiscursivas verbais engajadas* caracterizam-se pelo nível de comprometimento com o que está sendo dito. Em termos linguístico-textuais, realiza-se por meio de modalidades, polaridades (não/sim), concessões, relações lógico-semânticas de extensão ou realce, circunstância de ângulo (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004).

*As reações sociodiscursivas verbais de condenação* estão vinculadas às manifestações negativas que implicam certo tipo de ilegalidade, disfuncionalidade, culpa, imoralidade, ou seja, relacionam-se, de maneira negativa, aos julgamentos morais que se associam de alguma forma às instituições legais, refletindo padrões culturais e ideológicos, além das experiências individuais. Ou seja, relaciona-se com a forma pela qual se conceitualiza o mundo. Problematicando sobre a condenação, no âmbito dos estudos de gêneros e da crítica à violência ética, Butler (2015, p. 65) afirma que “a condenação torna-se o modo pelo qual estabelecemos o outro como irreconhecível ou rejeitamos algum aspecto de nós mesmos que depositamos no outro, que depois condenamos.” A condenação tende a fazer justamente isso, expurgar e exteriorizar a nossa suposta neutralidade e imparcialidade.

*As reações sociodiscursivas verbais de admiração* se vinculam também às manifestações que julgam positivamente as condutas sociais de consideração, respeito e estima, realizadas por meio de atributos, advérbios de comentário, epítetos positivos.

*As reações sociodiscursivas verbais de crítica*, assim como as reações de admiração, se vinculam aos comportamentos de estima social. Porém, as de crítica julgam negativamente a forma como os indivíduos avaliam os comportamentos, atitudes, capacidade e tenacidade. São manifestações que criticam comportamentos não usuais, incapazes e não confiáveis. Realizam-se também por meio de atributos, formas adverbiais, modalidades e epítetos.

*As reações sociodiscursivas verbais de elogio* relacionam-se, de maneira positiva, às manifestações elogiosas quanto aos comportamentos éticos, morais e honestos. Associam-se, assim como as reações de condenação, aos valores morais, aos padrões socioculturais e ideológicos produzidos, principalmente, pelas instituições sociais.

*As reações sociodiscursivas verbais de apreciação* são manifestações afetivas relativas à estética, ao valor das coisas, dos objetos, processos e estado de coisas. Ou seja: referem-se à aparência, construção espacial, tipo de apresentação, mas também ao impacto, à reação das pessoas às questões estéticas de objetos e identidades. Ou seja: avaliam-se, apreciam-se, discursivamente, as propriedades.

Essa proposta busca seguir a tradição analítica dos estudos discursivos de focar inicialmente na análise linguístico-textual. As categorias são identificadas e descritas através não só da realização da léxicogramática, mas também da produção de sentidos, muitas vezes, potencializada de forma heterogênea, em função da organização linguística, das escolhas e da forma como os elementos estão posicionados no texto. A maneira como sentimos, avaliamos, julgamos, é deixada, nos textos que produzimos, por meio de traços, na forma como co-ocorrem e como se organizam.

No entanto, nosso objetivo não é apenas identificar o tipo de reação que está sendo produzido pelos/pelas leitores/as, mas como as pessoas estão produzindo, iterando e transformando o mundo em que vivem. Ou seja, como estão avaliando seus conhecimentos e os dos outros, julgando temas e pessoas, e como estão exercitando as relações de poder. Para isso, articularemos as categorias propostas por Gomes (no prelo) aos estudos interseccionais, a fim de analisarmos como as relações

de poder estão intrinsicamente relacionadas aos eixos identitários que compõem a negociação que gera os posicionamentos e a produção de violência verbal dos interactantes.

#### 4 Os estudos interseccionais

A interseccionalidade tem como marco teórico as discussões realizadas por Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo no fim dos anos 80. Para a autora, tal termo é a associação de distintos sistemas de subordinação que atravessa os sujeitos, “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). A partir daí, localiza seus estudos, principalmente, na relação entre raça e, gênero, embora demarque sempre que há outros eixos de subordinação.

A autora reconhece que as mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias “gênero” e “raça”, porque elas combinam tais eixos de forma a evidenciar a “discriminação interseccional”, na qual “a discriminação racial que afeta as mulheres e a discriminação de gênero que afeta as mulheres negras sejam consideradas mutuamente e não de maneira excludente” (CRENSHAW, 2004, p. 8). Isso implica que analisar pessoas em relação a eixos identitários deve-se considerar que algumas identidades conferem privilégios – os eixos de poder, e outras conferem opressões – eixos de subordinação, e que nenhuma pessoa é formada apenas de um eixo, mas sim da combinação destes, o que leva a aceitar a ideia de que a coexistência de eixos leva a graus maiores ou menores de discriminação interseccional.

Uma questão fundamental para os objetivos desse artigo é o fato de que a Teoria Interseccional é uma resposta a políticas identitárias que ocultam a diferença intra-grupo, e busca demonstrar que “as formas nas quais a diferença pode fraturar movimentos políticos unitários, (...) com a necessária atenção à variação e à diversidade dentro da categoria “mulher” e “negra” (NASH, 2008, p. 4). A categoria de gênero, então, como qualquer outro eixo identitário, não pode jamais ser vista como única e universal, pois dependendo de como as pessoas convivem distintos eixos, suas identidades se diferenciam.

Os eixos identitários podem ser vistos, assim, como eixos de subordinação – vulnerabilidades – e de poder – privilégios. Essas duas formas, no entanto, não são nunca fixas: dependendo da forma como

se combinam, podem, inclusive, se transformar de um eixo para o outro (CARVALHO; COSTA, no prelo.). Uma mulher branca gorda, por exemplo, pode, ao combinar seus eixos de raça e tamanho, ser subordinada a mulheres brancas magras. Seus eixos identitários são, nesse contexto, de subordinação. Mas essa mesma mulher pode operar relações de poder sobre mulheres negras gordas, assim, o eixo da raça (branca) combina-se ao de tamanho-gordura de forma a se aproximar mais de privilégios do que vulnerabilidades. Essa questão se torna fundamental para uma análise que se pretende interseccional, pois os eixos identitários devem ser analisados sempre em seu contexto, o que Crenshaw (2002) chama de análise de baixo para cima, complexificando a relação entre os eixos e as relações de opressão.

É a partir dessa visão das diferenças intra-grupos que Nash (2008) repensa algumas questões sobre os estudos da interseccionalidade. Uma delas nos interessa de maneira inquietante: todas as identidades são interseccionais ou somente sujeitos marginalizados possuem uma identidade interseccional? A pesquisadora aponta também que a literatura interseccional tem excluído a análise de identidades que são parcialmente privilegiadas e ocultando o fato de que “essas identidades, assim como todas as identidades, são sempre constituídas pela intersecção de múltiplos vetores de poder” (NASH, 2008, p. 10). Critica também a tendência dos estudos interseccionais de ignorar as conexões entre privilégio e opressão e reivindica um olhar no qual a análise de outros eixos identitários pode levar a uma maior concepção de identidade e opressão.

Essa crítica é importante para evidenciarmos um eixo identitário que é pouco explorado nos estudos interseccionais: o tamanho-gordura (CARVALHO, 2018). Esse eixo é uma das questões que pretendemos aprofundar nos estudos interseccionais com o intuito de investigar como a vivência de mulheres gordas se conflui a outros eixos identitários e como isso configura formas distintas de opressão e privilégios entre as mulheres. Esse ponto de discussão teórica coaduna-se com a necessidade que Nash indica como fundamental nos estudos interseccionais: devem “começar a ampliar seus alcances para teorizar uma série de experiências” (NASH, 2008, p. 10). A importância disso é essencial para se discutir as experiências de distintas mulheres gordas.

Dialogando, então, com as categorias descritas na seção anterior, analisaremos, discursiva e criticamente, como interactantes negociam discursivamente os eixos identitários na produção de violências verbais

em ambiente digital, iterando e problematizando dois sistemas de opressão: o racismo e a gordofobia.

## 5 O problema sociodiscursivo e a polêmica

Abaixo apresentamos o fato que desencadeou o fato polêmico entre a profissional denunciante, a psicóloga responsável pela lista de transmissão no *WhatsApp*, e a empresa que solicitou a contratação com as exigências. Para este artigo, trouxemos as notícias publicadas pelo *BHAZ*<sup>4</sup> e pelo jornal *O Tempo*,<sup>5</sup> ambos de Belo Horizonte-MG.

Em 12 de novembro de 2019, mídias jornalísticas digitais brasileiras do estado de Minas Gerais, em especial *BHAZ* e *O Tempo*, noticiaram que uma empresa sediada em Belo Horizonte era contrária à contratação de cuidadoras de idosos “negras e gordas”. Esse fato veio à tona por meio de uma denúncia de uma das profissionais que participava de um grupo digital vinculado a uma empresa prestadora de serviços que aloca este tipo de profissional no mercado: “A vaga foi divulgada por meio de uma psicóloga que mantém uma lista de transmissão com dezenas de profissionais cuidadores de idosos. A oportunidade seria para trabalhar como folguista em uma das filiais da “Home Angels” em BH, empresa referência no setor” (Voz do jornal *BHAZ*).

O jornal *BHAZ* circula no dia 12 de novembro de 2019 com a seguinte informação:

O caso ocorreu no dia 31 de outubro e a vítima, que preferiu não ser identificada, procurou a polícia para registrar uma ocorrência no dia 1º de novembro. “Atualmente eu estou trabalhando, mas essas oportunidades são divulgadas e muita gente pega para fazer freela e aumentar a renda. **Naquele momento, eu percebi que, caso eu tivesse desempregada, eu continuaria sem trabalho, só por conta da minha cor.** A gente passa por muita coisa na

<sup>4</sup> Disponível em: <https://bhaz.com.br/2019/11/12/empresa-vaga-negras-gordas/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.otempo.com.br/cidades/anuncio-de-emprego-em-bh-exige-candidatas-que-nao-sejam-negras-ou-gordas-1.2261344?fbclid=IwAR0yPQ\\_-A43Shk74BxMPfBk5DU5rQC2Ax1t5EE\\_TWfdxN\\_E4KI-mSSXultU](https://www.otempo.com.br/cidades/anuncio-de-emprego-em-bh-exige-candidatas-que-nao-sejam-negras-ou-gordas-1.2261344?fbclid=IwAR0yPQ_-A43Shk74BxMPfBk5DU5rQC2Ax1t5EE_TWfdxN_E4KI-mSSXultU). Acesso em: 13 nov. 2019.

vida, mas aquilo **foi um absurdo**”, disse a mulher ao *BHAZ*. (grifo nosso).

Na fala da vítima, construída a partir de uma oração mental perceptiva – *eu percebi* –, ela realça sua experiência negativa (*um absurdo*) a partir não só de uma característica circunstancial de condição (*caso eu estivesse desempregada*), mas também de causa: *por conta da minha cor*. Nesta construção discursiva, esse corpo é atravessado por dois eixos identitários: gênero e raça. Ressaltamos que a vítima não destaca, em sua fala, o eixo tamanho/gordura como uma das causas da violência.

Observe, nos excertos a seguir, que a proprietária da “Home Angles BH Centro-Sul” ao ser questionada afirma que a empresa trabalha com um “banco de dados diversificado”, o que pressupõe ao/a leitor/a que o item lexical “diversificado” estaria englobando todos os tipos de corpos e identidades. No entanto chama atenção, na construção discursiva, que ela destaca apenas a questão do racismo, deixando de lado a gordofobia: “fiquei como sendo racista, tenho várias funcionárias negras, aqui não tem disso não”. Embora a denúncia tenha sido feita pelo crime de injúria – racismo –, não podemos deixar de pontuar a visível exclusão de corpos gordos na fala da defesa da proprietária. Com relação ainda à fala, o fato de se ter funcionárias negras não implica que a empresa não possa praticar atos racistas.

- (1) **Voz da Empresa:** A reportagem conversou com Taís Arantes, que é proprietária da “Home Angles BH Centro-Sul”, empresa responsável pela vaga. A empresária afirma que a vaga foi sim divulgada, mas sem os requisitos expostos na mensagem. (*BHAZ*)

“A nossa empresa está há 8 anos no mercado e repudia qualquer tipo de discriminação vamos fazer uma nota para tirar essa história e fazer um esclarecimento. A gente sempre divulga essas vagas porque fazemos contratações de folguistas na empresa. **Agora, não tinha essas especificações, até porque eu preciso de todo tipo de funcionário porque o meu tipo de cliente exige perfil de funcionário, então eu tenho que ter o banco de dados diversificado**”, diz Taís. (*BHAZ* – grifo nosso)

“Estamos tomando as devidas providências para não ter problemas com o nome da empresa e da franquia. Isso não faz parte do nosso lema e do que a gente prega. Não quero que **a imagem da minha empresa fique como sendo racista, tenho várias funcionárias negras, aqui não tem disso não**”, acrescenta Taís. (BHAZ – grifo nosso)

Observe que os eixos identitários que compõem a lista de vagas, que excluem mulheres “negras e gordas” faz um movimento de exclusão da seguinte maneira: mulheres negras – gordas ou não – e mulheres brancas gordas não servem para o trabalho. A relação entre os eixos identitários e as relações de opressão marcam o racismo e a gordofobia, sendo que o primeiro é evidentemente mais excludente que o segundo. Isso nos demonstra que os sistemas de opressão combinados, mesmo excluindo mulheres brancas gordas, vulnerabiliza, com maior grau, mulheres negras. É o que Crenshaw (2004) admite como “discriminação interseccional” que coloca mulheres negras como alvos mais violentos da discriminação. Esse fato também é descrito em Akotirene (2019), que evidencia como mulheres negras são atingidas mais violentamente nas avenidas identitárias que as compõem. Essa evidência, no entanto, não diminui a gordofobia, já que mulheres gordas, sendo brancas ou não, também são descartadas da lista, o que demonstra um ponto importante da discussão dessa discriminação: a perda de direitos, já que o tamanho/gordura impede o acesso ao emprego.

Van Dijk (2008), no âmbito dos estudos discursivos críticos, chama atenção para algumas estruturas linguísticas que produzem construções discursivas racistas, como por exemplo: “eu tenho (até) várias funcionárias negras”. A empresa e a psicóloga produzem em seus discursos o que Van Dijk denomina de ressalvas, ou “movimentos semânticos com uma parte positiva sobre Nós e uma parte negativa sobre Eles” (VAN DIJK, 2008, p.142). Nesse caso em específico, usam dois mecanismos: um de transferência – eu tenho funcionárias negras (MAS) meus clientes que não querem, e outro de empatia aparente: eu (ATÉ) tenho funcionárias negras. O uso desses mecanismos funciona como estratégias de “preservação de face e manejo de impressões” (VAN DIJK, 2008, p.143). O pesquisador, ao discutir a negação do racismo, propõe quatro categorias em que podemos visualizar a negação da intenção ou propósito discriminatório ou criminoso: (i) negação do ato, (ii) negação



do controle – não fiz de propósito, (iii) negação da intenção – não quis dizer isso, e (iv) negação do propósito, ou da responsabilidade (VAN DIJK, 2008, p.162).

Observe que a psicóloga, nos excertos seguintes, ao repassar a exigência de não serem gordas e negras e negar posteriormente que não prestou atenção, que não disse isso para ofender ou que não foi de propósito, porque não é o que ela pensa, mas a empresa, não só nega mas também mitiga seu ato racista, ao dizer que estava apenas empregando as pessoas. Ou seja: tenta amenizar sua responsabilidade sobre os atos racista e gordofóbico, justificando que sua única preocupação era empregar pessoas. Ela nega, portanto, o caráter criminoso e preconceituoso desses atos em prol de uma justificativa socioeconômica atravessada por um discurso solidário. Faz acreditar que seus atos são apenas um desvio ou incidente e não um crime. Para Van Dijk (2008, p.167): “em vez de reconhecer essa ‘imperfeição’, é mais vantajoso negar tal inconsistência fundamental, ou pelo menos explicá-la como incidental e individual, [...] ou caracterizá-la como um fenômeno temporário de transição...” e assim fazer uma autodefesa ideológica.

- (2) **Voz da Psicóloga:** Fernanda Spadinger, a psicóloga que encaminhou a vaga, também conversou com a reportagem. Ela, que é dona da empresa “Leveza do afeto”, assume que tem responsabilidade na divulgação da vaga com conteúdo preconceituoso, mas alega que o texto foi enviado pela “Home Angels”. (BHAZ)

“Recebi essa mensagem de uma funcionária da Home Angels na quinta-feira, dia 31, no fim da tarde. Ela dizendo que precisava das pessoas para o dia seguinte para entrevistar. Eu **não** filtrei. Eu **tenho** minha responsabilidade, não quero jogar tudo para cima da funcionária da empresa, **preciso** assumir a minha responsabilidade. **É óbvio** que eu **devia ter** filtrado, **devia ter** editado a mensagem e encaminhado de outra forma. Mas, na correria, sem ler direito, sem filtrar, eu mandei. **É óbvio** que eu estou errada e estou respondendo por isso”, diz a psicóloga. (BHAZ – grifo nosso)

Na primeira fala, a psicóloga, em entrevista ao jornal, assume ter recebido a mensagem com os requisitos excludentes, e afirma, em tom categórico, por meio de construções deônticas (*preciso, devia ter, óbvio*), que poderia ter agido diferentemente em relação à escrita do

texto (*devia ter editado, filtrado*) e não em relação à conduta criminosa e preconceituosa da empresa contratante. A pergunta que nos fazemos é: como seria essa edição? Por meio de um texto eufemístico, de uma construção textual evasiva? Observe que, ao se autodeclarar responsável pelo ato racista e gordofóbico, a psicóloga tenta fazer um discurso de autodefesa, apresentando-se como uma cidadã “tolerante” que erra.

- (3) “Em minha defesa eu digo que **minha intenção era empregar 10 pessoas**. Meu erro foi ter sido **conivente** com uma empresa que tem essa postura. **Em um mundo ideal, eu teria lido toda a mensagem e me recusado a divulgar a vaga**. Mas a minha intenção foi empregar dez pessoas que fazem curso comigo e **confiam em mim**”, conta Fernanda. (*BHAZ* – grifo nosso)

Na segunda fala, a psicóloga, em sua defesa, constrói um discurso econômico pautado na empregabilidade, atenuando a sua conivência com o ato racista e gordofóbico, ao fazer esse trabalho ideológico, “transmite as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 140). Apela ainda para as relações de confiança estabelecidas entre ela e o grupo, por meio de um discurso solidário e afetivo. Embora reconheça o tom ofensivo do texto em relação às pessoas negras e gordas, atenua usando o discurso econômico da empregabilidade, levando as pessoas a presumirem que, em um país com alto índice de desemprego, ela fez uma boa ação. Responsabiliza ainda a crise econômica e a pressão do mercado para sua suposta negligência como recrutadora de cuidadores/as.

No dia 13 de novembro de 2019, o jornal *O Tempo* de BH noticia o fato; portanto, um dia após o fato noticiado pela *BHAZ*. Achamos, assim, interessante fazer uma pequena análise da construção das manchetes, uma vez que tendem a enviesar os temas a serem desenvolvidos nos textos. Além disso, na contemporaneidade, em função da rapidez informativa, entre outros, sabe-se que muitos indivíduos leem apenas os títulos das notícias, e estes muitas vezes não buscam adequadamente as informações sobre os fatos.

Observemos que a mídia *BHAZ* mescla a sua voz jornalística com a voz da empresa materializada nos atributos, por meio das aspas simples: ‘negras e gordas’, além da voz da vítima: ‘fiquei desesperada’. Ao fundir sua voz às outras, *BHAZ* não deixa de construir sua narrativa sobre o fato, inclusive o avalia (exige) e adiciona novas informações: *provoca*

*revolta*. Essa última informação se deve à circulação do fato nas redes sociais. Outras duas escolhas interessantes realizadas pelo jornal são: (i) designação funcionalizada usada para representar a vítima (ou vítimas): *cuidadoras de idosos*, reforçando a identidade interseccionalizada: gênero, raça e tamanho e (ii) colocação do agente da ação discriminatória em posição temática: *empresa de BH*.

*Empresa de BH exige que cuidadoras de idosos não sejam “negras e gordas” e provoca revolta: ‘Fiquei desesperada’ (BHAZ)*

*Anúncio de emprego em BH exige candidatas que não sejam “negras ou gordas” (está logo abaixo de um tópico destaque: Crime de Injúria) (O Tempo)*

Enquanto *BHAZ* relata o fato, apontando o agente da ação, a vítima, o motivo pelo qual provocou revolta e a forma como isso afetou alguém, o jornal *O Tempo* coloca em posição temática o instrumento da ação (anúncio de emprego) e não o agente. Além disso representa discursivamente, de maneira generalizada e burocrática, as vítimas (candidatas) e insere, por meio das aspas simples, a causa de o fato ser considerado um crime de injúria: “negras ou gordas”. Observe que, ao descrever a causa, altera o operador argumentativo. Em vez de usar “e”, opta por “ou”, o que gera outros potenciais sentidos e representa inadequadamente o que de fato ocorreu. A forma, então, como os jornais produzem suas manchetes pode orientar a forma como os/as leitores/as reagem ao tema; e foi exatamente isso que pudemos verificar nos dados coletados.

O jornal *O Tempo* apresenta o fato, conforme já dito anteriormente, mas insere novas informações e vozes, inclusive da cuidadora que fez a denúncia de crime de injúria na delegacia e que registrou o boletim de ocorrência. Novamente a psicóloga, que oferta cursos para cuidadores, assume não ter “filtrado” as informações injuriosas porque “Na hora, eu vi a possibilidade de empregar essas pessoas, conseguir a entrada de alguém com pouca experiência no mercado de trabalho.” No discurso da Psicóloga, observamos novamente o discurso da empregabilidade e o reforço da não observância de que cometeu também um ato racista e gordofóbico: “Onde está meu erro? Eu peguei essa mensagem e enviei sem filtrar. Essa exigência (que exclui mulheres negras ou gordas) não é minha, nunca foi minha, é uma exigência da empresa”. A empresa contratante emite uma nota em que se defende afirmando que

“Repudiamos veementemente o fato ocorrido. Somos uma empresa com valores sociais e humanos e que tem entre os seus valores o respeito ao próximo e a igualdade de tratamento, independente de sexo, cor, credo, etc.”

No discurso da empresa contratante, entretanto, observamos que não há o destaque para a igualdade de tratamento para os corpos que não atendem aos padrões hegemônicos de corporalidade. Ao fazer isso, concordamos com Fairclough (2001), para quem a representação discursiva não é apenas uma ferramenta linguístico-textual mas o é também da prática social, já que a maneira como a empresa contratante produz a sua fala acaba por manter construções discursivas sobre padrões corpóreos. Concordamos, também, com a concepção dos estudos interseccionais ao admitirmos que os eixos identitários que coabitam os corpos são avenidas (AKOTIRENE, 2019) que traçam caminhos de vulnerabilidades ou privilégios marcados, inclusive, por uma esfera discursiva. Pinto, por sua vez, afirma que “falar sobre linguagem significa expor as relações de poder nela imbricadas, na medida em que, definindo o que pode ser usado, por quem, em qual momento...” (PINTO, 2014, p. 217). É na linguagem que produzimos o quadro regulador dos corpos ao sustentar hierarquias sociais que favorecem certos corpos em detrimentos de outros, admitindo que sistemas de opressão colocam corpos brancos e magros em lugares de conforto e privilégio.

## 6 Análise das reações sociodiscursivas

As práticas sociodiscursivas na rede possibilitou uma ampliação do espaço de atuação dos interactantes, nos comentários das matérias – e outros gêneros discursivos, postados. Esse espaço tornou-se, então, objeto de observação e análise, principalmente por seu caráter “democrático”, no qual podemos perceber a recepção dos conteúdos colocados *online*. Essa seção se debruça nas reações sociodiscursivas das matérias discutidas na seção 5.

O *BHAZ* não apresenta comentários sobre o fato, enquanto o jornal *O Tempo* traz 15 comentários em seu espaço “Comentar a matéria”, e todos eles ocorreram no dia 13 de novembro de 2019. Serão analisadas aqui, portanto, as reações sociodiscursivas verbais produzidas no espaço do *O Tempo* que tematizaram o fenômeno: a exigência preconceituosa da empresa, partindo do comentário 1.

O primeiro comentário do interactante 1 é reproduzido a seguir:

- (1) Que agência mais burra ao invés de colocar as características na mensagem poderiam somente ter solicitado às candidatas interessadas que enviassem fotos, ou que enviassem o link do facebook.

A culpabilização da agência, materializada pela avaliação de julgamento “burra”, é explicada pela ação de descrever as características que se espera das candidatas. O que se está em jogo, aqui, não é a problematização dos discursos racistas e gordofóbicos mas tão somente uma alternativa para que a imagem da empresa não fosse difamada. Em termos de posicionamento, o interactante 1 não parece se incomodar com o fato de excluir mulheres negras e gordas, o que é demonstrado em “poderiam **somente** ter solicitado (...) que enviassem fotos, ou (...) link do facebook”. O modalizador em negrito denota a minimização dos atos de opressão, fazendo com que as vagas continuassem sendo excludentes, mas de forma eufemizada, fazendo com que a integridade da empresa fosse preservada. Para o interactante 1, a empresa preservaria sua face diante do crime. Ele produz assim uma reação não-transacional porque ele interage com o texto e não com outro interactante, e se engaja, refutando o comportamento da empresa e a condena por não ter usado outro tipo de estratégia, que atenuaria o crime. Fato é que: ele não reage de forma a condenar o crime cometido, mas a forma como a empresa o fez, talvez tenha reagido dessa forma em função da orientação discursiva empreendida pela manchete, já analisada na seção 5.

De um posicionamento conflitante do interactante 1, a culpabilização da empresa é marcada explicitamente, de forma engajada pelo interactante 2, relacionando o caso à esfera jurídica:

- (2) Após investigação por parte da Polícia Civil o ministério público (MP) **tem** que **indiciar** essa empresa e **puni-la criminalmente**. Isso aí é **caso de cadeia!**

Nessa reação sociodiscursiva também não-transicional, o interactante 2 condena e critica os atos cometidos por empresa e pela Psicóloga. Em posição temática, coloca, em circunstância temporal, dois atores em ação, a “Polícia Civil” e o MP, representando o fato a partir de uma perspectiva jurídica e punitivista. O modalizador “tem” revela um

alto engajamento na asserção do interactante, colocando os processos posteriores em uma esfera da obrigação, que utiliza de processos materiais “indiciar” e punir”, modificada pelo circunstanciador “criminalmente”, colocando o ato da empresa como um crime. O interactante 2 se posiciona contrário à empresa; através de uma presunção valorativa, nos leva a inferir que o ato praticado é racista. Como a gordofobia ainda não possui um arcabouço jurídico que a configure como crime, ele não se posiciona em relação a isso. Ele produz então duas reações sociodiscursivas verbais: condenação e crítica.

Alinhando-se às reações de condenação e crítica do interactante 3, a reação sociodiscursiva a seguir também culpabiliza a empresa pela exclusão dos corpos:

- (3) Acredito que o **preconceito maior evidentemente** foi do contratante que **exigiu mulheres brancas e magras**. A agência e, **inacreditavelmente**, a psicóloga foram **imprudentes demais** em repassar tais “**exigências**” para frente **sem qualquer questionamento**. **Lamentável**.

O ato criminoso é nomeado como “preconceito”, o que denota opressões baseadas em questões culturais. Embora esse preconceito seja intensificado pelo uso de “maior” e modalizado epistemicamente ao usar “evidentemente”, dando a entender que é muito grave, o interactante 3 não consegue denominar (e reconhecer) o ato como crime. Ao parafrasear a exigência a partir do padrão corporal hegemonicamente aceitável: “mulheres brancas e magras”, ressalta a compreensão de que, além do racismo, houve gordofobia, interseccionando a opressão nos sistemas do racismo e da gordofobia. Essa paráfrase é interessante porque, ao invés de trazer os corpos excluídos, aqueles que são aceitos, o interactante 3 evidencia os eixos de poder, explicitando aqueles que são privilegiados e, portanto, os agentes dos sistemas de opressão. O engajamento do interactante é alto, pois reafirma, discursivamente, a condição de verdade, avaliando-o: tanto “evidentemente” quanto “inacreditavelmente” demonstram uma asserção forte de que a empresa e a psicóloga têm responsabilidades na exclusão de tais mulheres. Outra escolha lexicogramatical importante é o uso de aspas em “exigências”, fazendo com que o posicionamento contrário seja marcado, de certo modo, ironicamente, já que produz um questionamento em relação a elas, circunstanciado pela naturalização do racismo e da gordofobia

em “sem qualquer questionamento”. Fairclough (2001) aponta o poder ideológico e hegemônico das representações naturalizadas: quanto mais opacos são os sentidos sociais produzidos nos textos, maior é a eficiência de sustentação de relações de poder assimétricas. Assim, “imprudentes demais” e “lamentável” são escolhas que mostram seu engajamento crítico negativo em relação à ação da psicóloga, condenando-a por tal falta de reflexão e descuido.

- (4) Que o **Brasil** é um **País racista é fato. BELO HORIZONTE**, essa roça grande, **vem se destacando** (entre as capitais) nesse quesito. Depois querem dizer que Mineiro é um povo acolhedor.

O interactante 4 relaciona o fato ao nível macro da realidade brasileira, marcado geograficamente por “Brasil”, “País” e “Belo Horizonte”. A escolha por uma estratégia argumentativa baseada em termos geográficos pode ser analisada pela ótica do racismo estrutural, ou seja, o fato não é isolado, mas é reiterado em outras ações, além da exigência da empresa e a circulação “despretensiosa” da psicóloga. Tal reiteração é reafirmada pelo uso do gerúndio “vem se destacando”, um processo que coloca o interactante 4 em uma posição de denúncia. O modalizador “de fato” denota o alto engajamento e retira qualquer contra argumentação por ser uma verdade inquestionável. Essa reação sociodiscursiva demonstra uma problematização social ao relacionar o conteúdo da matéria a outras tantas ações e práticas racistas, trazendo para o texto intertextos e interdiscursos que podem ser recuperados por inferências e pressuposições. Assim, ele desaprova e condena não só os atos praticados na polêmica aqui apresentada, mas também todos os outros praticados no Brasil.

Essa estrutura de relacionar o fato ao nível macro também é vista na seguinte reação sociodiscursiva:

- (5) É uma vergonha todo esse preconceito e desigualdade que tem no **Brasil**. Liga **TV** é raro ver com papel principal, apresentando jornal ou algum programa. No **Futebol** mesmo com Fifa fazendo campanha sempre tem caso de Racismo, toda hora sai Noticia de Injuria que nem era pra existir esse termo e a Lei ser mais Dura contra Racismo. E agora tem a **Direita** que é raro ver alguém sendo contra ou fazendo algo pra combater o Preconceito e Desigualde. Muitos ficam de falso moralismo

falando de Metitocracia relativizando cados (sic) em que Minoria ganha algum premio alegando ser pelo Politicamente Correto ou mimimi

Além da argumentação geográfica, possui também a esfera cultural da televisão e do futebol, jurídica, e política. O interactante 5 além de refutar o fato noticiado na matéria, condena a forma como outros campos sociopolíticos e culturais agem diante dessas relações visíveis de opressão e vulnerabilidades. Aqui, não há pronunciamento sobre a gordofobia assim como a maioria: apenas um interactante reagiu discursivamente ao problema da gordofobia.

## **7 A violência verbal (e não somente ela) na colisão dos corpos**

Nossa análise demonstra crítica e discursivamente como a violência verbal se utiliza de sistemas de opressão que são construídos sociohistórica e interseccionalmente e que regulam os corpos de múltiplas formas, conforme os eixos identitários são colididos. Queremos refletir, além disso, e concomitantemente, como essas colisões estão presentes na prática da análise: somos duas mulheres brancas, sendo uma gorda, refletindo sobre os sistemas de opressão que não nos vulnerabilizam: o racismo, que não nos oprime, e a gordofobia, que oprime apenas uma das autoras, mas que não se intersecciona com o racismo. Fomos interpeladas e provocadas (no melhor sentido da palavra) por uma intelectual negra gorda, a quem agradecemos agora e continuaremos, Juliana Costa, que nos apontou o vício universalizante de nossas análises e o etnocentrismo teórico, não nos dando respostas prontas, mas nos levando a pensar nossa postura branca na academia e na vida. Por isso, nossos corpos foram confrontados, inclusive por nós mesmas, e pudemos começar a perceber os eixos de poder que nos compunham e, assim, tentar evidenciá-los criticamente nas análises e nas reflexões teórico-metodológicas propostas.

Partindo disso, nosso artigo discutiu como, a partir das matérias e das reações sociodiscursivas verbais, a transmissão via *WhatsApp* de uma vaga de cuidadores de idosos que excluía mulheres gordas e negras foi retratada. Dessa forma, analisou como as vozes inseridas nos textos evidenciam (ou não) os eixos identitários que compõem a vaga e como mobilizam, iterando ou problematizando os sistemas de opressão que os estruturam: o racismo e a gordofobia. E também o gênero social,



porque uma das mídias itera o fato de que essa profissão estaria vinculada naturalmente às mulheres ao usar o léxico “cuidadora”.

Observamos que as condições estruturais brasileiras operam e atravessam os corpos que fogem aos padrões privilegiados branco e magro, vulnerabilizando-os e violentando-os. A presença do corpo negro, nas empresas, é ainda desconfiada, pois é colocada em xeque sua habilidade e capacidade de trabalho. E o mesmo vem ocorrendo com os corpos gordos. Como pontua Akotirene: “a heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas” (AKOTIRENE, 2019, p. 46).

Fato é: uma mulher negra e gorda cuidadora não teve oportunidade de trabalho porque seu corpo, sua identidade, foi atravessada pelo capital, pelo racismo estrutural e pela gordofobia, ou seja, múltiplos trânsitos que “revelam quem são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (AKOTIRENE, 2019, p. 47). Consequentemente, a discriminação interseccional (CRENSHAW, 2004) foi analisada pela sua faceta discursiva, instanciada pela violência verbal contida na vaga de emprego. Uma questão interessante sobre essa discriminação é que, na colisão entre corpos negros gordos, o racismo é questionado mais recorrentemente do que a gordofobia. Tanto as matérias quanto as reações sociodiscursivas verbais trabalham predominantemente o fato de excluir mulheres negras, tanto culturalmente quando juridicamente. O fato de a gordofobia ser um tema relativamente novo e o fato de ainda não haver uma legislação que discuta especificamente essa forma de discriminação podem constituir uma conjuntura que justifique sua menor recorrência.

Assim, afirmamos que, mais do que discutir quais as violências verbais estão presentes na sociedade, o importante é analisar como elas acontecem, como os contextos sociais e discursivos produzem dialeticamente condições para que existam. É necessário colocar as violências verbais (e não somente elas) nas avenidas identitárias e evidenciar quais corpos estão em colisão: tanto aqueles que sofrem a violência quanto os que violentam, complexificando a relação entre os eixos de subordinação e o de poder, além dos sistemas a que eles estão relacionados. Essa visão contribui para não essencializarmos nenhuma identidade e problematizarmos discursivamente de maneira mais profunda como distintas discriminações (e crimes) operam.

## Declaração de Autoria

Este artigo foi desenvolvido pelas duas autoras. O desenho e a coleta dos dados foram realizados por Maria Carmen Aires Gomes. Todas as autoras colaboraram na interpretação dos resultados, redação e revisão do artigo.

## Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

BALOCCO, A.; SHEPHERD, T. M. G. A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional. *DELTA*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 1013-1037, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-44506536361317067>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502017000401013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502017000401013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18 mar. 2014.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARVALHO, A. B. *Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas*. 2018. 138f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

CARVALHO, A. B.; COSTA, J. C. Interseccionalizando a Análise de Discurso Crítica: a encruzilhada nos estudos discursivos e de gênero social. In: GOMES, M.A.; VIEIRA, V; CARVALHO, A.B (org.). *Práticas Sociais, Discurso, Gênero Social: explicações críticas sobre a vida social*. Curitiba: Editora Appris. (no prelo.)

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: Rethink Critical Discourse Analyses: Textual Analysis for Social Research*. London; New York: Routledge, 1999.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 7-16, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.

CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: *VV.AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511975752>

CUNHA, D. Reflexões sobre o ponto de vista e a construção discursiva de comentários de leitores na web. *Revista Investigações*, Recife, v. 25, n. 2, p. 21-41, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/338>. Acesso em: 18 mar. 2014

DAHLBERG, L. Computer-Mediated Communication and the Public Sphere: A Critical Analysis. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Oxford, v. 7, n. 1, [s.p.], 2001. DOI: 10.1111/j.1083-6101.2001.tb00137.x

DÍAZ-NOCI, J.; RUIZ, C.; MASIP, P.; SANZ, J. L. M.; SANTAMARIA, D. D. Conversación 2.0. y democracia. Análisis de los comentarios de los lectores en la prensa digital catalana. *Comunicación y Sociedad*, Guadalajara, v. 23, n. 2, p.7-39, 2010. Disponível em: <https://dadun.unav.edu/bitstream/10171/23768/1/20101214164655%282%29.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

DOMINGO, D. Interactivity in the Daily Routines of Online Newsrooms: Dealing with an Uncomfortable Myth. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Oxford, v. 13, p. 680-704, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2008.00415.x>

EGGINS, S.; SLADE, D. *Analysing Casual Conversation*. Londres: Cassel, 1997.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London; New York: Routledge, 2003. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203697078>

GOMES, M. C. A. Estudo das reações sociodiscursivas verbais em ambientes de interação virtual. In: RESENDE, V. M.; ARAÚJO, C. L. REGIS, J. F. S. (org.). *Discurso, política e direitos: por uma análise de discurso comprometida*. Brasília: Editora UnB. (no prelo.)

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, C. *An Introduction to Functional Grammar*. 3. ed. London: Routledge, 2004.

HERRING, S. C. Gender and Democracy in Computer-Mediated Communication. *Electronic Journal of Communication*. v. 3, n. 2, p. 1-17, 1993. Disponível em: <http://www.cios.org/EJCPUBLIC/003/2/00328.HTML>. Acesso em: 18 mar. 2014.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London, New York: Routledge, 2006. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203619728>

MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Genre Relations. Mapping Culture*. London: Equinox Publishing, 2009.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *Language of Evaluation: Appraisal in English*. London: Palgrave Macmillan, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1057/9780230511910>

NASH, J. Re-Think Intersectionality. *Feminist Review*, London, n. 89, p.1-15, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1057/fr.2008.4>

NOGUEIRA, E.; ARÃO, L. Facebook como espaço de ação virtual: uma análise sobre as reações discursivas na *fan page* de um movimento ambiental. *Revista Caleidoscópio*, São Leopoldo, RS, v.13, n.3, 2015, p. 353-362. DOI: <https://doi.org/10.4013/cld.2015.133.07>

PAIVA, A. P. *A interatividade no jornalismo online para o conteúdo das notícias - O perfil interativo dos jornais de língua portuguesa Folha de São Paulo (Brasil) e Público (Portugal)*. In: SOPCOM: COMUNICAÇÃO GLOBAL, CULTURAL E TECNOLOGIA, 8., 2014. Disponível em: [https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta1/11400044/livro\\_de\\_Latas\\_8\\_SOPCOM\\_661\\_668.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta1/11400044/livro_de_Latas_8_SOPCOM_661_668.pdf). Acesso em: 13 maio. 2016.

PAVEAU, M. A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

PINTO, J. P. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 207-230.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2014a.

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. *Revista Verso e Reverso*, São Leopoldo, RS, v. 28, n. 68, p. 117-127, 2014b. DOI: <https://doi.org/10.4013/ver.2014.28.68.06>. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/7323/4187>. Acesso em: 18 mar. 2020.

RECUERO, R; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. *Galaxia*, São Paulo, n. 26, p. 239-254, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-25532013000300019>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v13n26/v13n26a19.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

STRANDBERG, K.; BERG, J. Comentários dos leitores dos jornais online: conversa democrática ou discursos de opereta virtuais? *Comunicação e Sociedade*, Braga, PT, v. 23, p. 110-131, 2013. DOI: [https://doi.org/10.17231/comsoc.23\(2013\).1617](https://doi.org/10.17231/comsoc.23(2013).1617). Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/312080804\\_Comentarios\\_dos\\_Leitores\\_dos\\_Jornais\\_Online\\_Conversa\\_Democratica\\_ou\\_Discursos\\_de\\_Opereta\\_Virtuais](https://www.researchgate.net/publication/312080804_Comentarios_dos_Leitores_dos_Jornais_Online_Conversa_Democratica_ou_Discursos_de_Opereta_Virtuais). Acesso em: 13 mai. 2016.

TADEU, J. R. G. B. *Participação política e os comentários dos leitores no jornalismo online portugueses: significado e importância política dos comentários dos leitores nos websites dos sete jornais generalistas portugueses e as estratégias para a sua gestão*. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

Van DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

WHITE, P. Valoração – linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 178-205, 2004. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/295](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/295). Acesso em: 13 maio 2016.

WRIGHT, S.; STREET, J. Democracy, deliberation and design: the case of online discussion forums. *New Media & Society*, Chicago, v. 9, n. 5, p. 849-870, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444807081230>

